



VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

20 a 22/10/2004
Aracaju, Sergipe

ENTENDENDO A TRANSIÇÃO DO “CONVENCIONAL” AO “AGROECOLÓGICO” EM GRUPOS DE AGRICULTORES NO ALTO URUGUAI CATARINENSE E GAÚCHO¹

Matilde das Graças Soares Schenkel²; José Antônio Costabeber³; Paulo Roberto da Silveira⁴; Cladecir Alberto Schenkel⁵

¹Este trabalho foi extraído da pesquisa de dissertação de mestrado “Do convencional ao agroecológico: entendendo a transição em grupos de agricultores assistidos pelo CAPA no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho”, elaborada por Matilde das Graças Soares Schenkel, sob orientação do Dr. José Antônio Costabeber, defendida junto ao CPGExR/UFSM em julho de 2003, com acompanhamento e co-orientação de Cladecir Alberto Schenkel e Paulo Roberto da Silveira.

² Mestre em Extensão Rural (UFSM) e Técnico Administrativo da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, SC, Endereço: Rua Leandro Mário Dalla Costa, 71, casa 12, Bairro Imigrantes, CEP 89.700-000, Concórdia, SC, matilde@eafc.edu.br. e/ou matildeschenkel@bol.com.br.

³ Dr. Pelo “Programa de Agroecología, Campesinato e História”, ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (España) e Supervisor Regional da EMATER, RS, Endereço: Rua Botafogo, 1051, Bairro Menino Deus, CEP 90150-053, Porto Alegre, RS, costabeber@emater.tche.br

⁴ MS. Em Extensão Rural (UFSM), Professor do curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, Secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria/RS. Endereço: Rua Frederico Varaschini, n. 641, Santa Maria RS – CEP 97.015-650. E-mail: rs071773@via-rs.net.

⁵ Ms. em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Professor da Universidade do Contestado, *Campus* de Concórdia, Endereço: Rua Leandro Mário Dalla Costa, 71 casa 12 Bairro Imigrantes, CEP 89700-000, Concórdia, SC, schenkel@uncnet.br.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender o processo de transição da agricultura “convencional” para agricultura de base ecológica na região do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho, a partir de três associações de pequenos agricultores, a AAFA, a APARG e a A. P. do UVÁ, todas assistidas pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA, ONG vinculada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. As informações foram coletadas através de entrevistas semi-estruturadas junto às famílias pertencentes às associações e com os técnicos do CAPA. As conclusões centrais do trabalho demonstraram que a decisão em realizar a transição foram tomadas pelos agricultores após receberem informações e adquirirem conhecimento relacionados principalmente com os danos que a agricultura convencional causa ao meio ambiente e à sociedade, conhecimentos estrategicamente proporcionados pelo CAPA em parceria com outras entidades, e apoio organizativo. Ficou evidenciada a necessidade de unir forças da sociedade civil organizada, a igreja, os STRs, as ONGs e outras com o poder público federal, estadual e municipal para juntos promover e fortalecer a proposta agroecológica, através da construção de políticas públicas adequadas, elaboradas de forma participativa. Percebeu-se que é através de informação e da formação política, econômica e social que os agricultores promovem as suas decisões.

Palavras-chaves: Agricultura de base ecológica, assessorias e transição.

1 INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho é refletir acerca do processo de transição, em que agricultores convencionais rumam a formas diferentes de fazer agricultura, buscando estilos de agricultura de base ecológica¹. Para tanto, foram estudadas três associações de agricultores ecológicos das regiões do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho, as quais tem em comum a assessoria prestada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA.

As três associações de agricultores que constituíram unidades de análise neste trabalho foram: a “Associação de Pequenos Agricultores de 25 de Julho de Passo do Uvá”, com 10 (dez) famílias e aproximadamente 35 (trinta e cinco) pessoas, situada no município de Itá - SC; a “Associação dos Pequenos Agricultores de Rancho Grande (APARG)”, possuindo 13 (treze) famílias envolvendo em torno de 48 (quarenta e oito) pessoas, situado em Concórdia - SC; e a “Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos” (AAFA), com 5 (cinco) famílias e envolvendo 30 (trinta) pessoas, localizada em Barra do Rio Azul - RS.

O objetivo foi o de compreender o processo de transição da agricultura “convencional” para agriculturas de base ecológica que vem sendo experimentado pelas três associações de agricultores, as quais iniciaram o processo de conversão a partir da primeira metade da década de 1990. Foram enfocados a dinâmica posta, seus fundamentos e suas perspectivas, tendo como pano de fundo a idéia de desenvolvimento rural sustentável e, como contraponto, a agricultura convencional praticada pela maioria dos agricultores e seus efeitos para com a sociedade e o meio ambiente.

O pressuposto foi o de que a opção dos agricultores por iniciar processos de transição agroecológica tem razões tanto de natureza econômica, como de natureza social e ambiental, visando ampliar as oportunidades de reprodução social e de qualidade de vida das famílias envolvidas, bem como, de preservação dos recursos naturais nas propriedades rurais. Também, que tal processo foi favorecido pelo intercâmbio de experiências e conhecimentos entre técnicos e agricultores, cabendo papel central às assessorias nele envolvidas.

O estudo de tal processo se justifica por possibilitar conhecer o processo de transição vivenciado pelos agricultores, compreender os motivos e as razões que os levaram à mudança, bem como, os fatores que contribuem ou dificultam a passagem do convencional para o agroecológico. Dispor deste conhecimento em tempos de globalização e políticas mundiais liberais, entender as mudanças de atitudes dos agricultores, não só na forma de produzir, mas no modo de se relacionar socialmente, tem utilidade social, na medida em que poderá contribuir para a elaboração de políticas agrícolas e educacionais adequadas à busca do desenvolvimento agrícola e rural sustentável.

2 DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

A crescente preocupação com a questão ambiental demonstrada por diferentes povos nas últimas décadas sugere a necessidade de repensar as relações entre o ser humano e a natureza. Muitas destas preocupações foram registradas como alertas, em documentos oficiais, tais como o Relatório Meadows apresentado ao Clube de Roma (1971); a Conferência de Estocolmo (1972); a ECO-92 no Rio de Janeiro; o Protocolo de Kyoto, assinado no Japão em 1997; o Protocolo de Biossegurança, firmado em 2000; dentre outros (SOUZA, 2000).

Este processo reflete a crescente organização da sociedade civil e a intensificação de

¹ Neste trabalho, quando se fala em agricultura ecológica, refere-se àquelas que, em maior ou menor grau, segue ou vem procurando seguir os princípios e objetivos da ciência da Agroecologia, com vistas a ampliar os níveis da sustentabilidade. São agriculturas alternativas à convencional, que ao longo do tempo receberam diferentes denominações e que podem ser agrupadas e denominadas por ‘estilos de agricultura de base ecológica’, conforme Caporal e Costabeber (2002b).

movimentos sociais em torno de questões sociais e ambientais, apontando os limites do modelo de desenvolvimento contemporâneo e advogando uma nova ética, um novo modelo de desenvolvimento.

Quanto ao modelo de desenvolvimento rural, questiona-se o modelo produtivista (mecanicista), que é concentrador de renda e de poder, excludente e devastador de recursos naturais. Segundo Sachs (1986), o grande desafio é o de se servir da presente crise como oportunidade para iniciar um processo de transição, de um desenvolvimento centrado na economia para um desenvolvimento centrado em qualidade de vida² e, para tanto, é preciso tentar formar um amplo consenso em torno dessa nova construção social.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas, éticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder; com os valores pessoais e a cultura.

Ao longo dos últimos anos, diversos estilos de agricultura que se contrapõem ao modelo convencional têm sido adotados em diferentes locais, foram denominados de "Agricultura Alternativa" (a agricultura biodinâmica, a orgânica, a biológica, a natural, a ecológica, a permacultura, a agroecológica), e, mais recentemente, de agriculturas de base ecológica. (EHLERS, 1996; COSTABEBER, 1998).

Quando se pensa em agricultura sustentável, é preciso mais do que técnicas limpas e parece que para o seu alcance o enfoque agroecológico é mais adequado, pois,

A Agroecologia visa não somente à produção, mas também ao uso adequado dos recursos naturais, à valorização da cultura e sabedoria popular, à relação solidária entre produtores e consumidores [...]. É uma garantia de melhor qualidade de vida para agricultores e moradores de centros urbanos [...]. É um modo de fazer agricultura [...]. Um movimento que envolve pessoas e não mão-de-obra, garantindo a sobrevivência e o bem estar do agricultor, onde não haja explorados e exploradores [...]. (Cartilha do Centro Vianei, *apud* TERRA SOLIDÁRIA, 2001).

Embora não exista atualmente um conceito inequívoco de Agroecologia, no presente estudo ela é assumida como ciência que proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura consistente, altamente produtiva e economicamente viável (GLIESSMAN, 2001). E, ainda, sendo aceita como campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que contribui para a construção de estilos de agricultura de base ecológica e para a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como referência os ideais da sustentabilidade, numa perspectiva multidimensional de longo prazo (CAPORAL e COSTABEBER, 2002b).

2.1 A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE

A agricultura moderna ou convencional é considerada insustentável, uma vez que ela não poderá continuar a produzir alimentos suficientes para a população mundial no longo prazo, porque deteriora as condições que a torna possível. A insustentabilidade deste modelo agrícola amplamente difundido tem motivado discussões no mundo inteiro em busca de um modelo

² "Qualidade de vida tem sua ênfase no qualitativo [...]. Uma sociedade centrada no conceito de *qualidade de vida* é aquela que tem como prioridade básica a satisfação das autênticas necessidades humanas (necessidades vitais, afetividade, trabalho criativo, solidariedade, harmonização com a natureza). Portanto, ela é essencialmente oposta à atual *sociedade de consumo*" (BONILLA, 1992, grifos do autor).

alternativo. Discussões estas que remetem à sociedade o desafio de buscar uma outra forma de fazer agricultura, que leve em consideração dimensões ambientais, sociais, econômicas, políticas, éticas e culturais.

Se, por um lado, a modernização da agricultura promoveu ganhos de produtividade, de outro, foi um sério promotor de desintegração do tecido social e cultural de muitas comunidades rurais, ao promover o êxodo, o individualismo, a competição, a monetarização de todas as atividades, o consumismo, entre outras, enfim, acabou por promover a erosão do capital social³. No plano ecológico, destacam-se os problemas relacionados à dilapidação das florestas tropicais e da biodiversidade, à erosão e degradação dos solos agrícolas, à poluição e esgotamento de recursos naturais não-renováveis (ALMEIDA, 1998).

Sinteticamente, o quadro produzido pela modernização foi de baixa remuneração ao agricultor, crescente dependência aos insumos de produção externos à propriedade, elevação dos custos de produção, esgotamento de solos, taxas de juros elevadas, entre outros; diversas consequências puderam ser observadas deste quadro: o endividamento, a falência, o abandono das terras, a pluriatividade (agricultor em tempo parcial), entre outras.

É na eficiência energética que o modelo convencional de agricultura mais apresenta suas fraquezas. A partir da década de 1970, sua elevada demanda por recursos naturais e energéticos passou a chamar mais a atenção de ambientalistas e pesquisadores, cujos desdobramentos resultaram no resgate histórico da agricultura alternativa e suas modalidades, a partir de iniciativas dos movimentos sociais, com a participação de pesquisadores, de várias entidades públicas e privadas, em defesa do meio ambiente e da humanidade, fortalecendo, assim, as ditas agriculturas alternativas.

Segundo Almeida *et al* (2001), a necessidade de superação dessa crise impõe o desafio de promover uma agricultura produtiva, socialmente não excludente e, ao mesmo tempo, que seja dotada de bases tecnológicas e práticas culturais que assegurem a reprodução da capacidade produtiva e preservem a integridade dos ambientes nos níveis local, regional e nacional. O enfoque agroecológico⁴ para o desenvolvimento rural propõe uma resposta adequada a esse desafio, como evidenciam múltiplas experiências atualmente em curso em diversos países, inclusive no Brasil (ARL, 2002).

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora ainda em construção, consiste em potencializar esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades, e não simplesmente o de crescimento econômico indiscriminado.

Para Gliessman (2001), a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável – a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema; entretanto, como a perpetuidade não pode ser demonstrada no presente, a prova da sustentabilidade permanece sempre no futuro. Embora Gliessman (2001) diga que, ao invés de buscar saber se uma prática é ou não sustentável, é mais fácil e possível demonstrar que uma prática está se afastando da sustentabilidade, o autor sugere, baseado em conhecimentos atualmente disponíveis, que uma agricultura sustentável teria efeitos negativos mínimos no meio ambiente; preservaria e recomporia a fertilidade do solo; preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo; usaria a água de forma a permitir a recarga dos depósitos aquíferos e satisfazer as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; dependeria, principalmente, de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas; valorizaria e conservaria a biodiversidade; garantiria igualdade de acessos a práticas, conhecimento e tecnologia agrícola adequados; e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas.

³ Sobre capital social, ver Biachini (2000).

⁴ Ver Gliessman, 2001; Altieri, 2002; Arl, 2002, entre outros.

O aumento das pesquisas em agricultura alternativa e o maior interesse da opinião pública, fizeram com que o movimento alternativo também se intensificasse no Brasil. No meio acadêmico, o questionamento sobre os impactos ambientais da agricultura moderna partiu, quase simultaneamente, de alguns pesquisadores atuando em diferentes locais. Dentre eles podem ser destacados Adilson Pascoal, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ); Ana Maria Primavesi, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Luis Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e José Lutzemberger.

Como toda construção social, esses novos padrões técnicos e organizativos da produção agrícola vão sendo definidos de forma progressiva e desigual, com base numa grande multiplicidade de práticas produtivas, de ecossistemas e de estratégias diversificadas de sobrevivência econômica, em que os agricultores, sobretudo os familiares, contam com um apoio restrito de um número pouco expressivo de profissionais e de pesquisadores de entidades públicas e da sociedade civil. Muito embora deva se reconhecer iniciativas que apontam um maior comprometimento do setor público com esta causa, como o trabalho que a EMATER/RS vem desenvolvendo no Rio Grande do Sul desde 1999, quando definiu sua nova Missão Institucional, construída sob a inspiração do enfoque agroecológico⁵. O “Rio Grande Ecológico”⁶ constitui um exemplo de programa público implementado para apoiar o processo de transição agroecológica.

A Agroecologia constitui uma alternativa crescentemente reconhecida, em nível mundial, por diversos autores e atores sociais (agricultores, pesquisadores, extensionistas, gestores, políticos e outros), como adequada opção para a promoção do desenvolvimento agrícola e rural sustentável (ALTIERI, 2001; ARL, 2002; GLIESSMAN, 2001).

2.2 Procedimentos metodológicos

Inicialmente foi efetuado um levantamento bibliográfico referente ao tema proposto, bem como, uma exploração sobre a colonização e formação econômica da região foco do trabalho. Num segundo momento foi feito o trabalho de campo, quando foi realizada a coleta de informações junto às famílias dos agricultores das associações e aos técnicos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, de Erechim-RS, que prestam assessoria às associações pesquisadas. As entrevistas com os agricultores foram realizadas em janeiro e fevereiro de 2002, e com os técnicos do CAPA em março de 2002. Todas as famílias dos agricultores das associações foram entrevistadas, totalizando 28 (vinte e oito) famílias.

As entrevistas com os agricultores foram realizadas na propriedade dos(as) mesmos(as), com a presença de toda a família. Foram utilizados um roteiro e um gravador. Apesar do roteiro, foi permitido aos agricultores utilizarem o tempo que fosse necessário para elaborar suas respostas e contar suas “histórias”.

O roteiro utilizado para as entrevistas com os agricultores versou sobre a transição do “convencional” para o “agroecológico”, objetivando conhecer a origem e as razões do processo de transição, as expectativas com relação ao ecológico, que entidades influenciaram para que houvesse as mudanças, além de procurar esclarecer os motivos, as razões, as vantagens e desvantagens da organização coletiva.

As entrevistas com os técnicos, previamente agendadas, foram realizadas na sede do CAPA em Erechim-RS, também sendo utilizado um roteiro e gravador. O tempo para a coleta de informações ficou livre, cabendo a cada entrevistado decidir quando era hora de parar ou quando o tema em questão já estivesse esgotado.

⁵ Mais informações sobre a base conceitual e estratégica adotada pela EMATER/RS no período mencionado podem ser vistas em Caporal e Costabeber, 2000; 2002a; 2002b; além de EMATER/RS, 2002a; 2002b.

⁶ Programa do Governo Estadual de estímulo a Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Produtos Ecológicos, instituído no Rio Grande do Sul a partir de 1999.

3 DO CONVENCIONAL AO AGROECOLÓGICO: UM PROCESSO QUE ENVOLVE FORMAÇÃO, CONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Numa perspectiva agroecológica, o processo de transição, conforme aponta Costabeber (1998), assume um caráter multidisciplinar e multilinear e está pautado nas necessidades e potencialidades locais, onde ao agricultor cabe o papel de sujeito ativo na determinação e construção de suas opções futuras.

A transição requer soluções específicas para cada região particular, pois cada agroecossistema possui características ambientais e sociais próprias, as quais precisam ser respeitadas necessariamente. Entretanto, já existem diretrizes gerais para a transição da agricultura convencional para estilos de agricultura de base ecológica, das quais destacam-se: o incentivo à substituição dos sistemas simplificados ou monoculturais por sistemas de rotação de culturas e diversificação (ou policultura); a reorientação da pesquisa agropecuária para um enfoque sistêmico (não fragmentada); e o fortalecimento da agricultura familiar⁷.

A agricultura familiar, em função de suas características intrínsecas, aparece como modo de ocupação fundiária que melhor se adequa à produção agroecológica, tendo em vista a coexistência da policultura, de diferentes escalas de produção e de formas próprias de exploração agrária e de organização social, importantes aliados para o processo de transição (COSTABEBER, 1998).

Vale destacar que, segundo Bianchini (2000), nas comunidades rurais coexistem diferentes formas de organização social, na igreja, na escola, no clube de futebol, no sindicato, na cooperativa e/ou associação, nos clubes de mães, de terceira idade, o movimento de mulheres agricultoras, as pastorais da juventude e grupos de jovens, dentre outros. Estas diferentes organizações, em forma de rede, tecem um capital social que pode potencializar um processo de desenvolvimento. O autor ressalta ainda que diversos estudos apontam que as regiões e comunidades com maiores indicadores de desenvolvimento possuem um maior capital social e que a coesão de redes sociais promovem a formação de ações coletivas, propiciando o acesso à informação, aquisição de conhecimento, empoderamento político e maior solidariedade e engajamento cívico.

Estudos e pesquisas comprovaram que as motivações para os agricultores alterarem a metodologia de trabalho foram basicamente duas: a conscientização sobre a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde animal e humana dos riscos potenciais dos agrotóxicos e a redução da necessidade de insumos externos ao mínimo possível (BONILLA, 1992).

A conversão de um modelo de agricultura para outro, implica na conversão dos agricultores. O que normalmente se vê é uma ênfase aos aspectos biológicos da conversão, entretanto, necessário se faz preocupar-se também com aspectos normativos e educativos. Os aspectos biológicos têm implicação direta com as questões agronômicas que, por sua vez, exigem um tempo de maturação para a sedimentação dessa reorganização e equilíbrio da fauna e flora local, além do restabelecimento do solo, o que também é defendido por Gliessman (2001). Os aspectos normativos dizem respeito às normas de produção, comercialização e certificação dos produtos. Com relação aos aspectos educativos, pode-se dizer que estão ligados ao aprendizado dos agricultores e técnicos de conceitos e técnicas de manejo que viabilizem a agricultura de base ecológica.

⁷ Para verificar a importância da agricultura familiar e desenvolvimento, ver: Veiga (1991); Moreira (1999).

3.1 Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)

A origem do CAPA está diretamente ligada a história da Igreja Evangélica Luterana de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que, ao longo da década de 1970, preocupada com a redução do número de fiéis e com o crescente empobrecimento dos agricultores que permaneciam no campo, decidiu organizar um serviço específico para, inicialmente, aconselhar e, mais tarde, apoiar e assessorar os pequenos agricultores.

Quando de sua criação, os objetivos do CAPA foram: orientar, conscientizar, apoiar e acompanhar os pequenos agricultores através da realização de reuniões, seminários de lideranças, seminários com jovens, palestras e outras formas, oferecendo alternativas para possibilitar a permanência do homem no meio rural.

A proposta do CAPA se fundamentava na disseminação de práticas econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel desempenhado pela extensão rural oficial, contrapondo-se aos pacotes da modernização e aos vínculos de dependência criados pelo sistema de integração do pequeno agricultor familiar às agroindústrias de alimentos instaladas na região.

Em 1988, o Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor passou a ser denominado de Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor; o nome mudou, mas a sigla "CAPA" permaneceu a mesma.

O CAPA atualmente é uma organização que beneficia em torno de 4,5 mil famílias de agricultores familiares organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas, espalhados em diferentes regiões do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O trabalho é viabilizado por equipes técnicas formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação, que prestam assessoria em diferentes áreas: organização social e política, produção e transformação de produtos agrícolas, comercialização, formação (técnica, social e política) e outras. Sua missão é o fortalecimento da cooperação agrícola, tendo por base técnico-científica a Agroecologia e como objetivo a contribuição para a construção de sujeitos sociais de desenvolvimento.

São realizadas reuniões mensais com os assessorados, para discutir aspectos relativos à organização, à produção agroecológica, à comercialização, sempre procurando alternativas para a permanência dos agricultores e seus descendentes no meio rural.

O CAPA costuma agir a partir de uma análise da realidade local e com base nas seguintes estratégias e princípios: o tratamento de choque; a promoção da formação, sendo que nestas atividades são tratados temas relacionados à saúde, ao meio ambiente, à solidariedade, à cultura, ao respeito, à ética e outros; a participação efetiva dos agricultores; o resgate e valorização da história local, da história do grupo; a promoção da Agroecologia.

3.2 A FORMAÇÃO DOS GRUPOS E O INTERESSE PELO AGROECOLÓGICO

O engajamento em movimentos sociais contestatórios e reivindicatórios pode ser considerado como um aspecto significativo para formação dos grupos, pois, a participação em atividades promovidas por estes movimentos, especialmente os de caráter sindical e religioso, como palestras, encontros, seminários e outros, além de promover a compreensão do modelo de desenvolvimento agrícola e rural vigente, provocou o despertar para o trabalho em grupo como alternativa para vencer as dificuldades.

A idealização de um passado remoto⁸, recuperando valores como o trabalho realizado em grupos, a solidariedade, a troca mútua de trabalho, de sementes, de ferramentas e de gêneros alimentícios, também foram aspectos que contribuíram para a formação dos grupos.

Este passado idealizado também foi considerado importante para o despertar agroecológico, na medida em que, num certo sentido, a agricultura ecológica representou um resgate da relativa independência do agricultor em relação aos insumos de produção externos à propriedade e à necessidade de crédito, possibilitando o restabelecimento da autonomia do agricultor, no que tange ao processo decisório, que retornaria ao âmbito familiar.

No mesmo sentido, a saúde das pessoas é normalmente associada à qualidade da alimentação de outrora, o reforço da cooperação, da união e da harmonia entre os membros da família e entre as famílias vizinhas recuperaria valores que o individualismo havia corrompido. Percebeu-se o predomínio de uma concepção positiva acerca do trabalho e a participação de todos, mulheres e homens, jovens, crianças e idosos, seria uma forma de simultaneamente valorizar, reconhecer, ensinar e aprender a trabalhar.

A partir dos aspectos citados começaram a ser formados grupos informais, os quais, via-de-regra, foram compostos por pessoas de uma mesma comunidade. Reuniam-se com certa freqüência, tendo em mente vários objetivos, bem como, para discutir e dar os encaminhamentos devidos. Aos poucos foram percebendo a necessidade de assessoria, recorrendo à igreja e ao sindicato. E foi desta maneira que o CAPA se aproximou das três associações trabalhadas nesta pesquisa. Com a assessoria do CAPA, os grupos foram despertados para a necessidade de deixarem a informalidade, promovendo a discussão dos estatutos de forma participativa, legalizando-os e, assim, buscando parcerias para desenvolver e tornar realidade os seus objetivos, em especial, a produção agroecológica.

Com o tempo, outras atividades foram promovidas e incentivadas, com destaque para as agroindústrias e as feiras livres, ambas de caráter coletivo e promotor de oportunidades de renda. É bom frisar que a decisão sobre implantar ou não uma unidade agroindustrial, bem como, sobre qual produto processar, foi tomada pelos grupos, através da realização de debates, consulta à literatura e troca de informações e experiências com outros grupos.

Segundo os informantes, houve entraves para a construção da estrutura e legalização das agroindústrias, decorrentes das próprias dificuldades financeiras dos grupos, da disponibilidade de linhas de crédito e de aspectos burocráticos e legais. Apesar das dificuldades, os grupos possuem agroindústrias em funcionamento, sendo duas ligadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar e uma ao processamento de frutas e hortaliças.

Os grupos, com o apoio do CAPA, passaram a buscar novos parceiros, tanto no setor público como em outras ONGs, para viabilizar os seus projetos. Foi assim que os grupos procuraram o poder público municipal para viabilizar espaço físico nos centros urbanos para a comercialização, que é realizada semanalmente, sob a forma de feira livre. A comercialização direta, através das feiras livres, possibilita o contato e a troca de informações entre os produtores e consumidores e a eliminação do atravessador.

Por fim, pode-se afirmar que a formação das associações está intimamente ligada à vontade dos agricultores em fazer diferente, onde a busca de um novo modo de produzir e de viver, aliado ao apoio recebido do CAPA, propiciou a organização desses agricultores familiares, almejando e rumando para um novo modelo de desenvolvimento rural, que seja mais includente, mais humano, menos capitalista, e por fim, que seja sustentável.

⁸ Acerca da questão da “idealização” do passado, remete-se ao estudo de Schenkel, 1997.

3.3 ENTENDENDO A TRANSIÇÃO NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES

De um modo geral, observou-se que nos grupos não foi demorado e nem difícil resgatar e incentivar as técnicas e conceitos ecológicos. Os estilos de agricultura de base ecológica, que podem se apoiar na Agroecologia enquanto ciência, emergiram em contraposição ao modelo agroquímico e concentrador.

Certamente, sua expressão ainda é tímida, não tem muita força política e financeira, mas está em processo de construção, sob certo prisma, em marcha lenta, pois trata da mudança de mentalidade e de modelo de desenvolvimento rural e agrícola. Atualmente, em se falando de Brasil, têm crescido o número de pesquisadores que se dedicam a este tema, o que faz levantar os ânimos de algumas entidades de classe, de ONGs e de algumas iniciativas públicas que defendem e trabalham numa perspectiva agroecológica.

Necessário se faz lembrar que os agricultores se modernizaram e geraram problemas ambientais por força das imposições da própria sociedade e dos seus poderes constituídos, quando, em épocas passadas, deliberadamente vinculou os serviços de extensão e de crédito à adoção do “pacote” de modernização da agricultura. Cobra-se, hoje, uma “consciência ecológica e social”, o que implica na “obrigação” de produzir de forma sustentável, sem danos e impactos ecológicos, acrescidos ainda da exigência de alimentos baratos e com qualidade biológica.

Assim, entende-se que cabe ao Estado, através das políticas públicas, em efetiva parceria com os agricultores, buscar as soluções necessárias para atender as demandas contemporâneas. De modo mais específico: há necessidade do Estado rever, e com certa urgência, as políticas da área científica, educacional, de extensão e de crédito, bem como, as legislações acerca dos temas ambientais, especialmente no que tange às responsabilidades e às atribuições das diferentes esferas sócio-produtivas, bem como, às fontes de recursos para o financiamento da conversão à agricultura de base agroecológica.

Quanto às razões para a transição ao agroecológico ou, em sentido contrário, para a permanência na agricultura convencional, as opiniões dos agricultores das associações pesquisadas foram várias, sendo a maioria delas constituída de sugestões de ações para a promoção do crescimento do movimento em favor do agroecológico. Foram observadas três linhas sugestivas: a primeira diz respeito ao conhecimento, à necessidade de divulgação de informações direcionadas aos agricultores; a segunda está mais relacionada às questões políticas e organizativas; a terceira, diz respeito à conscientização da sociedade com um todo, especialmente dos consumidores.

Acerca do conhecimento, os depoimentos apontaram para a necessidade de promover a formação técnica e política dos agricultores, apontando as desvantagens da agricultura convencional, mostrando as alternativas viáveis e desmistificando a imagem construída acerca da agricultura ecológica, percebida grotescamente como “coisa de quem não quer trabalhar”, “coisa pra passar fome” ou que produz muito pouco. Ainda nesta linha, foi constatado que há entre os grupos um processo forte de valorização do conhecimento local, tanto técnico quanto cultural, e um processo de resgate do mesmo. Uma prática que vem se destacando neste sentido é constituída de visitas e troca de experiências entre os agricultores.

Ainda com relação ao conhecimento, foi destacada a necessidade de promovê-lo efetivamente, de tal forma que a própria sociedade possa definir o que é melhor, o que seria possível com a participação efetiva de uma sociedade consciente na elaboração de políticas educacionais e ambientais. Portanto, além dos aspectos ligados à categorização dos modelos agrícolas (convencional e agroecológico) e conhecimento de ambos pelos agricultores, também foram destacadas estratégias de como chegar até ele: através dos próprios grupos, numa constante troca de experiências e de conhecimentos a partir de visitas recíprocas, estratégia esta que o movimento sindical denominou “de agricultor para agricultor”; uma segunda estratégia apontada

refere-se à intensificação dos movimentos sociais para participativa e democraticamente a sociedade construir e estabelecer as políticas de educação, de trabalho e ambientais, dentre outras.

Outros dois aspectos ainda devem ser destacados acerca do conhecimento. O primeiro trata da percepção, pelos agricultores, do conhecimento técnico-científico vigente, considerado “oficial” e percebido como instrumento a serviço de um modelo de desenvolvimento que subjuga e promove a exclusão do agricultor, agride a natureza, prejudica a saúde, reduz a renda; em outras palavras, atende a um modelo que não lhe interessa, por que lhe compromete a sobrevivência. O segundo trata da percepção da mudança de modelo, do convencional ao agroecológico, como uma mudança da sociedade como um todo, a começar pela conscientização, passando pela organização, luta e participação, para atingir a esfera da promoção das políticas públicas; este processo, portanto, pode ser entendido como um meio de transformação da sociedade em direção à justiça social.

Sobre a segunda linha de argumentação, centrado na questão política, os agricultores defenderam a idéia de que é preciso instituir mecanismos concretos que facilitem a formação dos grupos (não que criem dificuldades); que houvesse um grupo maior de profissionais capacitados para assessorar os grupos naquilo que decidissem fazer. Ficam evidentes, mais uma vez, as dificuldades que a extensão rural pública têm para atender os grupos, talvez pela escassez de recursos materiais e de pessoal, o que poderia prejudicar importantes iniciativas nesta área: saber orientar adequadamente os agricultores; conhecer os caminhos a serem percorridos pelos agricultores para oficializar e legalizar as ações; respeitar as decisões dos grupos; trazer informações (não receitas) e outras.

O aspecto referente à legislação vigente ocupa lugar importante nas preocupações dos agricultores entrevistados. Entendem que a mesma está a serviço da minoria, dentro de um modelo de desenvolvimento excludente, cujos interesses atende, e não os da sociedade em geral, especialmente aos dos agricultores familiares.

É importante destacar a sugestão de instituir fundos de desenvolvimento rural em nível municipal, além de reforçar os estaduais e federais. Um fundo municipal que permitisse o acesso ao microcrédito, capaz de viabilizar atividades cujo investimento não seja elevado.

A respeito da terceira linha de argumentação, cabe observar que é preciso promover uma consciência na sociedade. É preciso somar forças para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade. Se todos os segmentos da sociedade se conscientizarem de que são parte da natureza e, portanto, que protegê-la significa autoproteção, então, poder-se-á dizer que se está no caminho da sustentabilidade. Há aí uma coincidência com a compreensão do processo segundo Capra (1982).

Para os agricultores, é preciso somar esforços em prol da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Os poderes públicos (federal, estadual e municipal) precisariam se envolver mais nas ações de assessoramentos aos agricultores. Os agricultores das três associações pesquisadas estão cientes de que o fazer agroecológico não se limita à produção e à propriedade, é um processo amplo de engajamento político, econômico e social, não só dos agricultores, mas, também, dos consumidores e cidadãos em geral, bem como, das entidades civis, religiosas, de classe e outras.

Há que destacar, a importância dada às prefeituras e entidades locais para a promoção de alternativas às leis, normas e políticas emanadas de instâncias superiores. Assim, embora a perspectiva seja a conscientização da sociedade em geral, há clareza em relação aos problemas imediatos a serem vencidos, atribuindo, para tanto, ao poder público local a responsabilidade maior. Essa responsabilidade é devida também ao fato de que será a municipalidade a principal afetada caso soluções para o homem do campo não sejam efetivamente encaminhados, pois os excluídos acabarão nas cidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição agroecológica é constituída de processos de mudança social e, como tal, não comporta visões unidirecionais e estáticas da realidade. Além do aspecto técnico e econômico, estão presentes outras dimensões, de ordem social, política, ecológica, ética e cultural. Dimensões estas que nem sempre estão em equilíbrio entre si, mas em constante movimento e conflitos, em função dos processos de valorização e desvalorização que sofrem no decorrer do tempo e da dinâmica macro e microssocial a que estão vinculadas. Assim, o atual movimento em direção a um modelo de desenvolvimento agrícola e rural sustentável parece evidenciar a necessidade de se subordinar estas dimensões aos interesses e em benefício do conjunto da sociedade, tendo por base os princípios defendidos pela Agroecologia, enquanto ciência.

A pesquisa demonstrou que as motivações dos agricultores para realizar a conversão foram várias. É certo que os agricultores familiares possuem um projeto familiar que, embora vise garantir a sua sobrevivência e a busca de melhores condições de vida, não se limita a sua dimensão e racionalidade econômica, profundamente afetada pela Revolução Verde e seus desdobramentos. Engloba também a reprodução e a realização de outros valores de cunho social, cultural e ideológico, já que a propriedade não representa apenas o lugar onde se produz e trabalha, mas também o lugar onde se vive.

Ao lado da permanência de antigas práticas agrícolas, como a policultura, o uso de instrumentos artesanais, dentre outros, os agricultores familiares também souberam preservar, com maior ou menor intensidade, alguns dos valores étnicos e sociais característicos das áreas colonizadas por imigrantes europeus não portugueses. Estes elementos, além do capital social, atuaram como “facilitadores” no processo de organização dos agricultores e no processo transitório rumo ao agroecológico.

A transição, embora seja um processo, já apresenta os frutos do trabalho realizado até o momento. Os agricultores vêm realizando, além da produção, o processamento de alimentos em suas agroindústrias, a realização de venda direta ao consumidor através de feiras livres, além da constante busca pela própria formação social, política e técnica.

As experiências estudadas, embora já tenham alcançado resultados positivos em sua trajetória, apresentam, no entanto, algumas fragilidades. Neste sentido, foi constatada a necessidade de um maior engajamento do setor público e da sociedade civil com a causa agroecológica, incluindo aí a reorientação das políticas de educação, de crédito, de assessoria e pesquisa agrícola e demais políticas públicas, bem como, a busca pelo aumento da consciência acerca da importância da agricultura familiar e da Agroecologia para o desenvolvimento agrícola e rural sustentável.

Para a expansão de estilos de agricultura de base ecológica, é fundamental a reorientação das políticas públicas – o que já pode ser percebido em alguns estados brasileiros, principalmente na região sul – abrindo condições para a promoção da sustentabilidade na agricultura. Pois, numa perspectiva de ampliação do número de agricultores atendidos, as ONGs que vêm atuando nesta área não reúnem condições de atendimento, dadas a insuficiência de pessoal, de estrutura, de recursos financeiros e outros. Para resolver esta questão, duas possibilidades poderiam ser trabalhadas: a) a orientação efetiva das agências de pesquisa agrícola e extensão rural pública pelos princípios da Agroecologia⁹, a exemplo da EMATER-RS; b) o financiamento público das ONGs, desde que efetivamente comprometidas com o enfoque agroecológico como promotor de processos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis.

⁹ Sobre a reorientação da extensão rural por uma “extensão rural agroecológica”, ver Caporal (1999); EMATER/RS, 2002a ; 2002b.

Pôde ser percebido que há uma expectativa, por parte dos agricultores entrevistados, de que o Estado venha a promover políticas públicas adequadas à agricultura familiar, de maneira a dar suporte à Agroecologia, com decisões participativas e condizentes com a realidade local. O Estado já deu provas de que tem poder, pois foi através de políticas por ele delineadas que a agricultura brasileira foi introduzida no modelo da Revolução Verde, processo chamado de modernização da agricultura. Poderá, segundo entidades e agricultores que já iniciaram o processo de transição, desenvolver e garantir políticas públicas que contemplem o desenvolvimento rural sob a perspectiva agroecológica.

Dentre os aspectos apontados para a transição do convencional ao agroecológico, devem ser pontuados: a) a memória que guardam de seus antecedentes e de sua história particular e/ou coletiva, bem como em projetos que traçam para o futuro; b) pode-se afirmar que os agricultores em questão vêm abandonando gradualmente a agricultura convencional impulsionados por uma série de motivos que acumularam ao longo dos anos, tais como, a intoxicação com agrotóxicos, fragilidade de saúde, depressão, dívidas, dependência econômica e política, exclusão, dentre outros; c) a formação e o conhecimento, proporcionado ou elucidado por agentes externos aos grupos; d) o fator econômico, por diminuir os gastos e a dependência acerca dos insumos de produção; e) o trabalho, cujo ritmo e intensidade não mais é controlado pelas empresas (fornecedoras de insumos ou compradoras da produção) e sim pelo próprio agricultor; f) a recuperação do solo, que se fortalece e não sofre mais tanto com as estiagens; g) por fim, porque, concordando com Sen (1999), sentem-se mais livres, por que conhecem, sabem melhor buscar as informações e praticam a cidadania.

Cabe registrar a advertência de Costabeber (1998), de que as opções dos agricultores não podem ser entendidas e analisadas por um enfoque unidimensional. Vale ressaltar, portanto, que além da informação, conhecimento e vantagens econômicas, a transição agroecológica vem sendo motivada pela organização e efetiva participação de todos nas decisões, pela certeza de que o alimento produzido não intoxicará aqueles que o consumirem, o que muitas vezes aparece associado, no quadro referencial dos entrevistados, à elevação da auto-estima, à valorização da saúde e da vida. O controle sobre o ritmo e a jornada de trabalho igualmente aponta para o resgate da autonomia do agricultor de origem camponesa, como já indicou Schenkel (1997).

Também, o resgate e recuperação de conhecimentos ditos tradicionais, "dos antigos", e a realização pelo próprio agricultor dos testes e experimentos para certificar-se da eficácia deles, sendo ele próprio, participante ativo da geração e difusão das técnicas agroecológicas, aponta para a construção de sujeitos sociais, valorizados em sua auto-estima pessoal e profissional.

Para os agricultores entrevistados, a prática da agricultura de base ecológica já pode ser considerada uma realidade, embora deva-se alertar para o fato de que se trata de um processo, em que não se tem ponto de chegada, uma vez que a sociedade e suas relações estão em constante movimento dialético.

As ações do CAPA são planejadas a partir de uma análise da realidade local, orientando-se pelos seguintes princípios e estratégias: tratamento de choque; promoção da formação social, política e técnica; a promoção da participação efetiva dos agricultores nas ações e nas decisões; o resgate e a valorização da história local, na perspectiva da construção de sujeitos políticos e sociais; a promoção da Agroecologia, a partir da realidade, dos problemas e desafios diagnosticados participativamente.

Para o aprofundamento deste estudo e desenvolvimento de futuras investigações são sugeridas, dentre outras, as seguintes temáticas: a formação dos profissionais de nível técnico e superior, ligados às atividades agrícolas no Brasil e sua atuação em Agroecologia; o protagonismo do agricultor e as políticas agrícolas no Brasil; a atuação dos movimentos sociais e STRs e a Agroecologia; as ONGs e o desenvolvimento local sustentável; o fazer popular e a Agroecologia; a qualidade de vida no meio rural e a proposta agroecológica.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (Orgs). **Reconstruindo a Agricultura: Idéias e Ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável.** 2 ed, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- ALMEIDA, S. G. de; PETERSON, P.; CORDEIRO, A. **Crise Socioambiental e conversão ecológica da agricultura Brasileira:** Subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3 ed, Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2001.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ARL, Valdemar. **Agroecologia: Uma importante contribuição na construção de uma nova ordem.** Florianópolis, UFSC, 2002 (monografia).
- BIANCHINI, Valter. Políticas públicas para a agricultura familiar: desenvolvimento local rural sustentável. **Deser.** Curitiba, 2000. Seção Publicações. Disponível em <<http://www.deser.org.br/publicacoes.asp>>. Acesso em 07/01/2003.
- BONILLA, J. A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica:** Sobrevivências e Qualidade de Vida. São Paulo: Nobel, 1992.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002a.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002b.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Em direção à extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.), **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural.** Porto Alegre: EMATER-RS, 1999.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** Cultrix: São Paulo, 1982. (tradução de Álvaro Cabral).
- TERRA SOLIDÁRIA: **Caderno 10.** CUT, 2001.
- COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil.** Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998 (Tesis Doctoral).
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável, origens e perspectivas de um novo paradigma.** Florianópolis: UFSC, Livros da terra, 1996.
- EMATER/RS. **Relatório de Gestão:** 1999-2002. EMATER/RS-ASCAR. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002a.
- EMATER/RS. **Marco Referencial para uma Nova Extensão Rural:** Avanços Institucionais da EMATER/RS-ASCAR Gestão 1999-2002. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002b.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2 ed. rev. Campinas: UNICAMP/I.E., 1998.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: Processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRRJ/CPDA, 1999.

PINHEIRO, S.; NASR, N. Y.; LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil.** Porto Alegre: Ed. dos Autores, 1993.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Estudo de um processo cultural na relação entre os “colonos” e a Sadia:** o caso da micro-região do Alto Uruguai Catarinense. Dissertação (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 1997.

SCHENKEL, Matilde G. Soares. **Do Convencional ao Agroecológico:** entendendo a transição em grupos de agricultores assistidos pelo CAPA no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho. Dissertação (CPGExR/UFSM), Santa Maria, 2003.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a Questão Ambiental:** Temas de economia, política e gestão do meio Ambiente. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.